

Dia da Aceitação Universal Uruguai - 26 de maio de 2025

Uruguai no contexto da Universalização da Internet

Mariela de León – UDELAR (SECIU)
Fabrício Scrollini – HOTOSM
Laurena Pavón – Universidade de Montevidéu
Mauro D. Rios – ISOC UY
Moderador: **Raúl Echeberría** – ALAI / ISOCuy

Raúl Echeberría (Moderador):
Ele introduziu o painel destacando a importância dos domínios multilíngues como ferramentas para preservar identidades culturais e linguísticas. Ele ressaltou que, embora a América Latina tenha menos barreiras do que outras regiões, como o Cáucaso ou a Ásia, ainda é essencial tornar a diversidade visível na Internet. Ele também observou que o esforço técnico para implementar a UA deve ser acompanhado de uma reflexão sobre seu impacto social e cultural.

---

1. Mariela de León (UDELAR - SeCIU)

Papel técnico e político do domínio .uy:

- A SeCIU gerencia o domínio .uy desde sua criação e coordena a infraestrutura de TI da Universidade da República.
- O domínio inclui suporte para IDNs (nomes de domínio internacionalizados), embora seu uso ainda seja baixo: de 106.000 domínios registrados, apenas 534 incluem caracteres especiais.

Desafios atual :

- O Uruguai está entre os três países latino-americanos com maior adoção de IDN, mas ainda é inferior a 1%.
- O sistema atual não permite endereços de e-mail internacionalizados (IEEs), criando barreiras para pesquisadores e usuários internacionais cujos nomes contêm caracteres especiais.

Propostas de ação :

- Sugira domínios alternativos com caracteres locais durante o processo de registro.
- Incentivar internamente a implementação de diretrizes sobre acessibilidade e aceitabilidade linguística na UDELAR.
- Participar da concepção de formulários e sites institucionais com suporte a caracteres locais, equilibrando aceitabilidade e segurança informática.

Governança do . oh :

- As decisões são tomadas por um comitê composto por diversas partes interessadas, com a participação da AGESIC, da Antel, de registradores privados e da universidade, que tem sido considerada um modelo exemplar em nível regional.
- a necessidade de incluir também a sociedade civil como parte interessada formal .

---

2. Laureana Pavón (Universidade de Montevidéu / ISOC UY)

Perspectiva linguística e cultural:

- Defende o direito linguístico ao próprio nome como dimensão fundamental da identidade digital.
- Ele destaca como a tecnologia pode condicionar ou empobrecer a linguagem, citando o exemplo histórico da ausência de acentos em letras maiúsculas devido às limitações das máquinas de escrever.

Acessibilidade e inclusão :

- Leitores de tela para pessoas com deficiência visual exigem codificação adequada para interpretar corretamente palavras acentuadas.
- Erros técnicos ou limitações podem alterar o significado das palavras e causar exclusão.

Impacto da IA na tradução:

- Embora as ferramentas de tradução automática sejam úteis, elas exigem literacia digital para evitar erros, preconceitos ou mal-entendidos (por exemplo, " alucinações " da tradução). modelos).
- Propõe acompanhar ferramentas tecnológicas com intervenção humana e treinamento para seu uso crítico.

---

3. Daniel Mordecki (AGESIC)

Política digital de longo prazo no Uruguai:

- A fundação da AGESIC permitiu estabelecer políticas de inclusão digital com uma visão de 20 anos, superando ciclos políticos.
- Ele enfatizou que o mundo agora é digital e aqueles que não conseguem participar dele são relegados a "cidadãos de segunda classe".

Princípios de ação público :

- Inclusão sem concessões, com barreiras mínimas.
- O uso das tecnologias deve estar alinhado aos impactos sociais, não a modismos ou imposições comerciais.
- Ele criticou a falta de liderança no design de sistemas: muitas decisões que afetam a acessibilidade são tomadas sem visão estratégica.

Interoperabilidade e liderança :

- O Estado deve garantir que seus sistemas interajam entre si sem obrigar os cidadãos a serem intermediários de informações.
- Ele pediu o desenvolvimento de líderes conscientes da importância da tecnologia digital, desde o nível parlamentar até os gestores técnicos.

---

4. Fabrício Scrollini (HOTOSM/ OpenStreetMap)

Experiência com dados abertos e mapeamento humanitário:

- Ele enfatizou que não estar representado em um mapa ou em um banco de dados é equivalente a não existir.
- Ele lembrou que o OpenStreetMap nasceu como uma resposta dos cidadãos à falta de acesso a informações geográficas públicas.

Crítica à homogeneização técnica:

- Os rótulos de mapas e bancos de dados geralmente refletem uma visão cultural do norte global.
- Ele menciona casos em que comunidades não conseguem nomear seus lugares como os reconhecem culturalmente, o que perpetua práticas de colonialismo digital.

Papel da sociedade civil:

- É a "caixa de ressonância" que torna visível o que os sistemas formais ignoram.
- Ela exige assumir o poder de decisão que técnicos, gestores e usuários têm ao configurar sistemas, escolher padrões ou priorizar acessibilidade.

---

5. Mauro D. Ríos (ISOC Uruguai)

Línguas e poder digital :

- O espanhol é a terceira língua mais usada na Internet, mas muitas línguas indígenas ou minoritárias correm o risco de desaparecer.

- Ele reclama que as iniciativas de digitalização multilíngue muitas vezes permanecem como pilotos temporários, sem sustentabilidade.

Cadeia de suporte técnico :

- Aceitar domínios e e-mails multilíngues não é suficiente: toda a infraestrutura técnica deve ser consistente (servidores, DNS, software).
- Ele observou que grande parte da tecnologia já suporta esses padrões, mas não está configurada corretamente.

IA como ferramenta de auditoria e automação:

- Ele propõe usar agentes de IA para mapear o estado real da infraestrutura nacional (por exemplo, e-mail, DNS) e automatizar configurações que promovam a inclusão linguística.

Debate com o público e reflexões finais

Principais tópicos abordados :

- O desafio de incorporar a inclusão desde a fase de design técnico (e não como uma reflexão tardia).
- É responsabilidade da liderança garantir que os formulários e plataformas acomodem a diversidade linguística.
- Casos reais de falhas históricas (por exemplo, interoperabilidade entre ANEP e UDELAR) que poderiam ter sido resolvidos se houvesse vontade política e técnica coordenada.

Conclusão geral do painel:
Todos os painelistas concordaram que a inclusão linguística e cultural na Internet deve ser uma prioridade estratégica. As ferramentas existem, mas são necessárias vontade política, liderança técnica e alfabetização digital. O Uruguai tem um ecossistema favorável, mas ainda precisa avançar em configurações técnicas, adoção plena dos padrões EAI/IDN e participação mais ativa da sociedade civil na governança digital.